

EDITORIAL
**REDE LUSÓFONA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO PARA CONSTRUIR RESPOSTAS SOCIAIS
A UMA CRISE SOCIOAMBIENTAL GLOBAL**

MARÍLIA ANDRADE TORALES CAMPOS

mariliat.ufpr@gmail.com

Doutora em Ciências da Educação, professora associada da Universidade Federal do Paraná. Mestre em Educação Ambiental, Pedagoga. Diretora do Centro de Educação Ambiental e Preservação do Patrimônio (Brasil). Líder do Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental e Cultura da Sustentabilidade. Coordenadora Adjunta da Rede Lusófona de Educação Ambiental. Bolsista Produtividade em Pesquisa (CNPq/Brasil). <https://orcid.org/0000-0002-4026-6239>

PEDRO MARTINS

pedro.martins@aspea.org

Doutorando em Equidade e Inovação em Educação (Universidade de Santiago de Compostela). Mestre em Educação pelo Instituto Politécnico do Porto. Mestre em Ecologia Aplicada pela Universidade do Porto, em colaboração com a Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) e o Istituto Zooprofilattico Sperimentale della Lombardia e Dell'Emilia Romagna (Itália). Licenciado em Biologia pela Universidade do Porto (Portugal). Professor no ensino superior e no ensino secundário (Portugal). Investigador do inED – Centro de Investigação e Inovação em Educação (Instituto Politécnico do Porto). Autor de manuais escolares e livros técnicos para professores (AREAL Editores). Ministrou formação de adultos na área da Educação Ambiental e foi diretor escolar. É Secretário-Geral da Associação Portuguesa de Educação Ambiental e Representante de Portugal no Conselho de Coordenação da RedeLuso.

Como citar este editorial

Campos, Marília Torales & Martins, Pedro (2024). Editorial, Rede Lusófona de Educação Ambiental: Perspectivas de Cooperação para Construir Respostas Sociais a uma Crise Socioambiental Global. *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL 15 N1, TD1 – Dossiê temático - "Rede Lusófona de Educação Ambiental: perspectivas de cooperação para construir respostas sociais a uma crise socioambiental global", setembro de 2024. DOI <https://doi.org/10.26619/1647-7251.DT0224ED>.





EDITORIAL

REDE LUSÓFONA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO PARA CONSTRUIR RESPOSTAS SOCIAIS A UMA CRISE SOCIOAMBIENTAL GLOBAL

MARÍLIA ANDRADE TORALES CAMPOS

PEDRO MARTINS

De forma bastante evidente, a humanidade vive num cenário de convergência de diferentes crises, que se entrecruzam e afetam distintas dimensões da sociedade. Tal cenário, complexo na sua natureza e dimensão, desafia-nos a repensar o processo civilizatório humano, tendo em vista a forte correlação existente entre os modos de vida e o modelo de desenvolvimento adotados pelas sociedades forjadas a partir de um padrão de produção e consumo capitalista. O esforço para constituir uma governança global capaz de enfrentar os problemas decorrentes de um desequilíbrio ecológico sistémico não tem sido suficiente para reverter o quadro de crise climática, o aumento dos níveis de poluição e a perda de biodiversidade, que cada vez mais evidenciam os limites regenerativos do planeta.

Para enfrentar este cenário tão complexo que desafia a sociedade mundial, é preciso buscar alternativas sociais, políticas e económicas capazes de transformar profundamente a relação entre as sociedades e a natureza, problematizando modelos de desenvolvimento insustentáveis para repensar o próprio processo civilizatório que os legitima. Assim, se há uma necessidade premente de reação da sociedade mundial para responder a um cenário de múltiplas crises, como poderiam as sociedades instrumentalizar-se para, de maneira individual e coletiva, criar alternativas capazes de manter saudáveis as suas condições de vida no planeta, sem desconsiderar as demais espécies e elementos que se interconectam na composição e existência dos ecossistemas?

Certamente, a questão exige aprofundamento científico e capacidade de análise crítica sobre uma realidade cada vez mais intrincada e multidimensional. Neste sentido, a Educação Ambiental emerge como um campo teórico-prático potente para a formação de pessoas, capaz de promover experiências que, com base no diálogo e na troca de



saberes, possibilitem a tomada de consciência sobre a realidade ambiental do planeta e sobre a sua relação com todas as formas de vida, considerando as suas dinâmicas de interdependência. Portanto, a necessidade de reação das sociedades não se restringe apenas a ações locais, mesmo que delas não se prescindia, mas é preciso lançar mão de estratégias sociopolíticas mais robustas, com maior capacidade de impacto na tomada de decisões que possam modificar o rumo dos problemas ambientais, que se têm agravado e colocado em risco a sociedade mundial.

Assim, o presente dossiê temático resulta de um processo de cooperação internacional iniciado no ano de 2005, que teve por objetivo integrar educadores ambientais que atuam nos países e comunidades que compartilham a lusofonia, entre as características que marcam a sua cultura e a sua história. A criação da Rede Lusófona de Educação Ambiental (Redeluso) constitui-se como um processo de cooperação voltado para a criação de um espaço de ação coletiva, comprometido com a construção de sociedades mais sustentáveis, mais justas e democráticas a partir de processos participativos de formação da cidadania. No seu escopo, a Redeluso busca fortalecer processos conjuntos de pesquisa, formação e informação no campo da Educação Ambiental, contribuindo para os debates sobre o presente e o futuro do planeta.

Dentre as suas ações, a Redeluso promove encontros presenciais periódicos entre os participantes dos países e comunidades que a integram, nomeadamente, Angola, Brasil, Cabo Verde, Galiza (Espanha), Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Assim, este dossiê sistematiza reflexões a partir de práticas de Educação Ambiental desenvolvidas e apresentadas no VII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, que decorreu em julho de 2023 na cidade de Maputo (Moçambique). Este congresso foi precedido pelos congressos realizados em 2007 (Santiago de Compostela, Galiza), em 2013 (Cuiabá, MT, Brasil), em 2015 (Torreira, Murtosa, Portugal), em 2017 (Ilha do Príncipe, São Tomé e Príncipe), em 2019 (Arquipélago de Bijagós, Guiné-Bissau) e, 2021 (Ilha de São Vicente, Cabo Verde).

Ao final de cada um destes congressos, foi elaborado um documento com as principais conclusões dos debates, originando um registo de sugestões e de contributos ao fomento de um processo participativo contínuo, desencadeado ao longo das diversas ações que ocorrem nos diferentes países que integram a rede. Neste sentido, o programa do VII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa buscou utilizar metodologias que atribuíssem relevo a diferentes manifestações culturais integradas nas práticas de Educação Ambiental, reforçando a potência de cada cultura para a formulação de políticas públicas que ajudem a fortalecer as iniciativas que ocorrem nos países e comunidades lusófonos.

O VII Congresso da Redeluso teve como tema central de debate "A Educação Ambiental: a chave para a Sustentabilidade". A escolha desta temática visou agregar as perspectivas de diferentes grupos em relação à busca de soluções e à composição de estratégias comuns. Como forma de melhor orientar os debates, o congresso estruturou-se com base nos seguintes eixos: (1) Educação Ambiental nas Políticas de Desenvolvimento Humano; (2) Educação Ambiental e Cidadania: na escola e na sociedade; (3) Educação Ambiental, o Antropoceno e o enfrentamento à Crise Climática; (4) Educação Ambiental e



Diversidades: Natureza e Cultura. Cada um destes eixos albergou um conjunto de debates que deram origem aos artigos distribuídos e recomendados a quatro periódicos científicos, entre eles a JANUS.NET, e-journal of International Relations.

Por outro lado, importa recordar que no bojo das discussões que decorrem da proposição da Organização das Nações Unidas sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), compreende-se que a Educação Ambiental se constitui como um elemento fulcral para tratar de temas como o cuidado ético, a justiça socioambiental e a equidade nas políticas, a partir do reconhecimento de que existem abismos sociais que precisam ser enfrentados ao tratar das condições de vida no planeta. Neste contexto, a Educação Ambiental escolarizada, comunitária ou social, tem a responsabilidade de contribuir para a formação de uma cidadania mais consciente da sua realidade e capaz de responder às demandas de enfrentamento de diversos problemas, como a necessidade de resistência a políticas de desmonte ou de ameaça às iniciativas democráticas e participativas para a proteção ambiental.

Neste cenário, em que as mudanças climáticas demandam ações de mitigação e adaptação, colocando em tela o que as previsões científicas já antecipavam, mas que se concretizam a um ritmo acelerado, em meio a incertezas que dificultam a exatidão nas previsões, tanto o campo científico como o campo político enfrentam um movimento negacionista balizado por interesses económicos e por ideologias alinhadas a uma visão de mundo pouco pautada na garantia de direitos humanos básicos e universais, em meio à necessidade de prevenção e de enfrentamento contra as consequências dramáticas provocadas pela mudança climática global.

Assim, os artigos que compõem os quatro dossiês que decorrem do último congresso promovido pela Redeluso multiplicam-se e derivam em várias dimensões de um cenário global que exige uma sociedade mais preparada para agir de maneira coletiva, crítica e articulada. Nesta tessitura, importa realçar que a Educação Ambiental é política, exige atuação democrática e participativa, requer iniciativas pautadas por princípios de justiça, ética, sustentabilidade e inclusão da diversidade e das diferenças entre as identidades dos grupos sociais, considerando marcadores de raça, etnia, sexo ou género. Portanto, este conjunto de reflexões e análises ora oferecidos aos leitores, busca contribuir para os debates no campo da Educação Ambiental, valorizando mecanismos de cooperação internacional que reconheçam a importância das vidas e não vidas; dos humanos e não humanos; e da possibilidade da sua coexistência frente aos desafios das violações de Direitos Humanos e da Terra.

Boas leituras!